

Agente Fiscal



DELEGACIA DO
UNAFISCO SINDICAL
NO RIO DE JANEIRO

Ano II • nº. 11
Fevereiro 2003

Rua Debret, 23, salas 401/405 – Centro – CEP 20030-080 – Rio de Janeiro/RJ



SONIA MESENTIER

III Fórum Social Mundial

O Mundo pela Paz

Em 2003, o Fórum Social Mundial reuniu pessoas de todos os continentes — mais de 150 países — e de todas as idades em Porto Alegre para dizer não à guerra, não à exclusão social e não a todas as formas de discriminação. Durante uma semana, a convivência harmônica de mais de 100.000 pessoas deu uma demonstração de que a Paz entre as nações é possível. Mais do que isso, é urgente, porque não haverá superação das condições miseráveis em que vivem 2/3 da população mundial enquanto a resposta a diversidade for a violência, seja de que natureza for.



ATORES protestam contra a guerra na
Marcha de Abertura do III FSM

ELEIÇÃO PARA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA DELEGACIA SINDICAL DO RIO DE JANEIRO – BIÊNIO 2003/2005

Veja na **página 8** o edital com os prazos para inscrição de chapas concorrentes.

visite a página da DS/RJ na internet: www.unafisco-rj.org.br

Governo Lula não tomou posse na área econômica

Passados pouco mais de quarenta dias, o governo Lula ainda não tomou posse na área econômica. As medidas anunciadas são cópias fidedignas, ou pioradas, das proposições que levaram Fernando Henrique Cardoso à lona nas eleições de outubro passado. Em recente encontro com a bancada petista no Congresso, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, declarou que o governo Lula será “tradicional na economia, criativo no desenvolvimento e ousado no comércio exterior”.

Eternamente se discute se são as mudanças na economia que devem liderar as transformações na sociedade ou se são as mudanças políticas que transformam a economia e a sociedade, por conseguinte. Lula parece optar pela segunda tese, mas não pode perder de vista que as atuais diretrizes macroeconômicas são devoradoras de qualquer ganho social, que assim adquire um estatuto de invisibilidade que pode corroer a oportunidade histórica que sua eleição significa. O tempo corrido acentua a fragilidade e a dependência externa do país e adiante o enfrentamento pode ser ainda mais árduo, principalmente se o governo deixar escapar parte do apoio conquistado nas urnas. O “mercado” não será mais complacente no futuro do que agora. Não temos como esperar por uma nova conjuntura internacional, que favoreça a utopia de uma globalização solidária, nobre aspiração dos dedicados participantes do Fórum Social Mundial. Pelo contrário, ao que tudo indica, caminhamos para mais uma violenta ofensiva dos EUA no Oriente Médio na busca de aprofundar o domínio imperial que exercem no mundo.

Toda a sociedade brasileira tem pressa, assim como os que têm fome. Lutamos por mais de 500 anos para conquistar este momento. Dependendo de ponto de vista, 40 dias podem ser muito pouco, mas também podem ser a gota d'água.

A Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro mantém a sua posição de emprestar ao novo governo um voto de confiança, mas os pessimistas começam a se ouriçar. Lula precisa mostrar logo quem cederá a maior fatia do bolo para adoçar a vida dos mais pobres. Novamente, os servidores públicos foram avisados que poderão perder parte do que conquistaram. Agora, resta saber qual será a parcela dos demais, daqueles que estão no topo da pirâmide social, cidadãos e empresas que concentram renda e patrimônio em níveis alarmantes. Neste item, o “tradicionalismo” na política tributária é um péssimo começo. Vamos aguardar um pouco mais, até o novo governo tomar posse.

Golpistas continuam atuando

Aposentados e Pensionistas do Unafisco continuam recebendo o assédio de golpistas que oferecem o pagamento de um seguro de alto valor, *caso seja efetuado o pagamento das últimas parcelas*. Uma vez feito o depósito, os farsantes somem no mundo. Colegas não devem se impressionar pelo grau de conhecimento dos dados dos contribuintes que os golpistas detêm. Não faça nenhum depósito ou assine documentos sem consultar o sindicato. É fria!

Home Page da DS/RJ tem novidades

A Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro reformulou o acesso aos conteúdos de sua página na Internet, tornando mais curta a rotina para ler jornais e boletins dirigidos à categoria. As alterações são apenas o primeiro passo para tornar este instrumento um canal mais consistente de comunicação com os Auditores-Fiscais e a sociedade.

Dívida Externa: questão de soberania

A Auditora-Fiscal da Receita Federal e presidente da DS/BH, Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, é a organizadora do livro “Auditoria da Dívida Externa: questão de soberania”, uma iniciativa da Campanha Jubileu Sul. No ano passado o Brasil pagou, apenas a título de juros, R\$ 105 bilhões e este ano deve pagar cerca de R\$ 131 bilhões. É quase o dobro do déficit previsto para a Previdência, por exemplo. Vale a pena conferir como chegamos até esta situação. O livro custa R\$ 10,00 e está à venda na DS/RJ.

■ A Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro realiza, em março, um Seminário sobre Reforma da Previdência Social. Mais informações em breve.

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Pedro Delarue Tolentino Filho. **Secretário-Geral:** Aélcio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** Armando Domingos Barcellos Sampaio. **2º Sec. de Finanças:** Antonio Pedro PerezAlves de Faria. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Ana Mary da Costa Lino Carneiro. **Sec. de Defesa Profissional:** Nelson dos Santos Barbosa. **Sec. de Atividades Especiais:** José Carlos Sabino Alves. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Álvaro de Lima Veiga. **Cons. Fiscal:** Bernadete da Pena e Silva; Paulo Fernandes Bouças; Vera Tereza Balieiro A. da Costa. **Suplentes:** Ney Roberto Luiz Coelho; Fernando Moretzsohn de Andrade; José Afonso Silva Ramos. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Pedro Delarue, Aélcio dos Santos, José Carlos S. Alves, Andréa Millan, Ney Coelho e Marcelo Ficher. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Quadratim/Impressão: Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 – salas 401/405 – Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782(fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Previdência Pública é inegociável

As discussões sobre a Reforma da Previdência estão de volta. Os argumentos continuam os mesmos dos últimos anos, de todas as partes, sendo que agora as partes trocaram de lugar e alguns argumentos trocaram de interlocutor.

Há um grupo que acredita que a Previdência não precisa de reforma alguma. Seus integrantes comprovam através de fatos e números que, se cumprida a lei, não haveria déficit. Recentemente a criação de um sistema previdenciário completou oitenta anos no país. Este grupo alega que durante todo este período a previdência foi fonte de recursos para outras finalidades. Financiou, por exemplo, a construção de Brasília e da Hidrelétrica de Itaipu, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Vale do Rio Doce, além de outras grandes obras, como a Ponte Rio-Niterói e a Rodovia Transamazônica. As duas empresas, quando privatizadas, não retornaram um centavo aos cofres da Previdência. Também alegam que, desde a Constituição de 1988, centro da celeuma atual, a União deveria contribuir, assim como estados e municípios, com a cota patronal para sustentar a previdência pública dos servidores e que nunca o fez. Como se não bastasse, desviou recursos constitucionais criados exclusivamente para a Seguridade Social, tais como Cofins e CPMF (recordem-se que pela Constituição os orçamentos de previdência, saúde e assistência social seriam reunidos em uma só fonte – a seguridade social). Por fim, dizem que se houvesse um efetivo combate à sonegação e o fim das renúncias descabidas, a Previdência atualmente teria superávit.

No entanto, há outros grupos, que dizem que sim a reforma é indispensável. Este tem muitos subgrupos. Mas com uma coisa em comum. Projetam seus argumentos a partir do chamado cálculo atuarial, onde deve-se ater à relação direta entre contribuição e benefício. Esta conta não fecha nunca em nenhum lugar do mundo. Quem diz Sim para a reforma tem especialistas em prever em quanto tempo a Previdência vai explodir se não forem feitas as mudanças, que, nas discussões atuais, resumem-se a suprimir dos servidores públicos federais a aposentadoria integral, com maior ou menor flexibilidade no corte dos proventos ou no tempo de entrada em vigor das novas regras.

Caso o novo sistema valha apenas para os que entrarem agora, levará 35 anos para produzir efeitos. Atingindo os servidores que já estão no sistema, calcula-se que dentro de 7 ou 8 anos os efeitos se farão sentir. O grupo que defende o atual modelo de reforma aposta suas fichas no mercado: a previdência privada é a solução, seja complementar, juntando-se a uma renda universal básica, regulada por um teto, seja como única fonte de proventos, o chamado sistema de capitalização, com contas individuais e benefício proporcional à contribuição.

A reforma da Previdência promete acaloradas discussões nos próximos meses. O Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, favo-

rável à reforma, alega que haverá regras de transição, que os direitos adquiridos — que incluiriam os atuais aposentados e os que já completaram o tempo para requerê-la — serão respeitados e que sem a reforma os direitos de todos acabarão no papel porque não haverá dinheiro para pagar os benefícios. O ministro trabalha com o conceito de direitos acumulados, ou seja, a aposentadoria seria proporcional ao tempo de contribuição em cada um dos regimes. Já para o AFRF Alberto Amadei, que proferiu palestra sobre a Previdência no II Encontro Nacional dos Aposentados, em Bento Gonçalves, a reforma é uma imposição do FMI que visa à abertura de mercado tanto para as multinacionais quanto para as empresas nacionais de previdência privada.

MUDANÇA DE PERSPECTIVA

A realidade é que a Previdência Social vem sendo discutida, por todos os contrários, como uma questão financeira: dá ou não dá para pagar. O Unafisco Sindical tem chamado este movimento de financeirização da Previdência, ou seja, restringir a discussão a uma circunscrição muito estreita. Os que defendem esta reforma da previdência o fazem por acreditar que o dinheiro gasto ali teria melhor serventia em outras áreas sociais, visto há que setores da sociedade em desvantagem muito maior. Aqueles que defendem a previdência contra a reforma o fazem porque acreditam que a questão é social e não financeira, mas têm dificuldades para pautar a discussão nestes termos.

PARA QUE A REFORMA?

O problema maior é que não há, da forma que a discussão se encaminha, nenhuma garantia de que haja outra finalidade para esta “sobra” de caixa que não o pagamento de juros das dívidas interna e externa. Este é um

elemento da discussão sobre o qual não temos a menor governabilidade. Um sopro do mercado nos custa anos de esforço fiscal e sequer há necessidade de uma justificativa plausível. O risco Brasil sobe ou desce não por nossos méritos ou deméritos, mas sim pelos interesses dos credores, que acompanham de perto as nossas contas para sacar cada centavo a mais que sobra em nosso orçamento.

Não haverá generosidade nesta discussão enquanto o destino do sacrifício não for alterado. Em 2001, pagamos cerca de R\$ 90 bilhões de serviços das dívidas. Em 2002, fizemos um esforço tremendo e pagamos R\$ 114 bilhões. De nada adiantou, pois a dívida cresceu e ultrapassou o patamar dos R\$ 800 bilhões. E não cresceu por causa da Previdência, mas porque não raspamos um naco sequer do principal da dívida e porque são os nossos credores que determinam o risco-Brasil, com consequência direta na taxa de juros que pagamos a eles mesmos.

Então, quem aceitará tirar um pouquinho mais do seu para colocar nas mãos de quem já tem tudo? O governo Lula precisa iniciar suas gestões atingindo aqueles que têm maior capacidade financeira, maior lucratividade e, de cima para baixo, reequilibrar a distribuição de renda. Talvez seja necessária alguma contribuição da classe média, talvez não. Depende da radicalidade das transformações no andar de cima. Não se trata de revolução nem de ruptura. Bastaria uma reforma tributária que invertesse o ônus de financiamento das políticas públicas do Estado. Hoje os trabalhadores e consumidores pagam proporcionalmente muito mais que empresas e rentistas. A tributação sobre a renda do capital e sobre o patrimônio estão em patamares baixíssimos. Esta relação inibe o consumo e a geração de empregos. A entrada maciça de novos contribuintes no sistema previdenciário pode perfeitamente alongar a aplicação das reformas e minimizar seu impacto.

O Unafisco esperava, a partir dos discursos proferidos durante a campanha, que a Reforma Tributária fosse a prioridade no início deste governo, justamente por ser a mais difícil e a que tem maior capacidade de alterar a distribuição de renda para a população. A Reforma da Previdência acaba por exigir dos servidores públicos, e por enquanto somente deles, um cheque em branco para o governo, abrindo mão de suas aposentadorias integrais em favor de não se sabe quem, até porque este governo não é eterno. Agora, pode beneficiar os famintos, no futuro engordar o banquete dos ricos.

O presidente Lula já deu uma trava na discussão da previdência. Disse ele que não se deve discuti-la ponto a ponto e que o governo tem falado demais e ouvido pouco. “A discussão precisa ser reestruturada” — afirmou.

Realmente, a discussão deve tomar outro rumo. Começar, por exemplo, definindo que paga mais quem pode mais. E neste caso, a prioridade tem que ser a Reforma Tributária.

Grupos de discussão farão propostas alternativas

O Unafisco Sindical no Rio de Janeiro está montando um grupo de discussão para somar-se aos grupos formados pelas demais Delegacias Sindicais e pela Direção Executiva Nacional (DEN) para debater a Reforma da Previdência. Procure o sindicato e participe desta discussão. Contribua para encontrar uma solução que não sacrifique excessivamente nenhum setor da sociedade e que permita uma melhor remuneração para aqueles que estão vivendo com dificuldades. Os servidores públicos não podem mais ser os “bodes expiatórios” de todos os males. Vamos provar, com nosso esforço, que não somos os vilões desse filme e, melhor, que um final feliz é possível.

Fórum Social Mundial reúne mais d

Única novidade em Davos foi a pre

Pelo terceiro ano consecutivo, a capital gaúcha tornou-se o centro das atenções mundiais durante a semana em que se realizou o III Fórum Social Mundial. A cidade foi palco de um dos maiores encontros políticos já realizados na história da humanidade. De todas as partes do Planeta, cidadãos e cidadãs desembarcaram no Fórum ávidos por entender melhor o que acontece com o mundo e o que podem fazer para melhorar as condições de vida na Terra.

Com a iminência de uma nova agressão dos EUA contra o Iraque, o tema da guerra voltou a ocupar um enorme espaço. Mas não ofuscou outros assuntos que afligem os povos de todos os continentes.

Antes mesmo de começar o III FSM, Porto Alegre já sediava outros encontros internacionais associados à sua realização: Fórum de Autoridades Locais, Fórum de Parlamentares, Fórum Mundial de Juízes, Fórum Mundial Sindical, Fórum Mundial da Educação e Fórum Internacional em Defesa da Saúde dos Povos, para ater-se aos mais expressivos.

Quando a Marcha contra a Guerra abriu oficialmente o Fórum Social Mundial, a cidade já fervia. Neste 2003, o Acampamento da Juventude deixou de ser “moradia” para tornar-se um dos pólos da programação junto com a PUC/RS, a Usina do Gasômetro e Gigantinho, ginásio com capacidade para cerca de 25.000 pessoas em Paz, absoluta Paz.

A maioria dos temas das inúmeras palestras, conferências, seminários e oficinas já eram conhecidos por quem participou das primeiras edições. O primeiro fórum foi dominado pelas críticas ao neoliberalismo, o segundo começou a levantar propostas alternativas e agora o tema central foi a chamada sociedade pós-neoliberal. Qual o mundo que queremos? era a pergunta da vez, que deveria ser traduzida em ações e o estabelecimento de regras internacionais de convivência que privilegiem a preservação de todas as formas de vida no Planeta.

O CONTRASTE DO MUNDO DAS TREVAS E DA LUZ

Com mais de 50 focos de conflito em andamento e a ameaça de George W. Bush na cabeça, as consequências da guerra produziram relatos emocionados de representantes de povos que enfrentam o horror de perto.

Iraquianos apresentaram estudos onde se avalia o potencial de destruição de uma guerra mesmo depois que cessam os bombardeios. A desarticulação social, o desmonte de siste-

SÔNIA MESENTHER



GIGANTINHO foi uma das novidades do Fórum: 20.000 pessoas lotaram as conferências todos os dias

mas de ensino e de saúde, da geração de energia elétrica, de abastecimento alimentar, as epidemias, a desestruturação de famílias inteiras acabam por matar tantas ou mais pessoas que os ataques “cirúrgicos” da grande potência mundial. O embargo econômico no Iraque, que já dura doze anos, tornou-se um prolongamento da guerra e tem contribuído para devastar uma sociedade milenar e que era próspera até enfrentar a ira dos EUA.

Paralelamente, três israelenses e três palestinos pacifistas deram uma demonstração de que é possível mudar o mundo sem violência. Depois de três dias de seminário, eles leram para delírio de cerca de 30.000 pessoas que foram ao Gigantinho a Carta de Porto Alegre, onde preconizam a paz entre seus povos e condenam as ações violentas que vitimam a população dos dois países. Ao final, abraçados e aos prantos, como quase todo o ginásio, cantaram o hino dos hinos dos sonhadores: *Imagine*, de John Lennon.

IMPRENSA: UMA DISPUTA À PARTE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O Fórum Social Mundial já nasceu com a insígnia de uma disputa central no mundo contemporâneo: a atenção da mídia. Basta exemplificar que um dos idealizadores do Fórum é o editor do *Le Monde Diplomatique*, jornal de esquerda francês, Ignácio Ramonet.

Em 2001, o Fórum Social Mundial teve a participação de quase 20.000 pessoas, mas não mereceu maior destaque da mídia. O centro do universo era o Fórum Econômico Mun-

Os números oficiais do Fórum

Delegados:

Organizações representadas:

Países representados:

Jornalistas credenciados:

Veículos de Imprensa:

Oficinas realizadas (auto-geridas):

Voluntários:

Total de participantes:

dial de Davos, habitada pelos Senhores da Terra, como chegaram a ser chamados. Os mortais foram dignos de pequenas notas, boa parte jocosa, anotando a presença de “dinossauros do socialismo” e “viúvas do comunismo”, além de baderneiros, claro.

Em 2002, houve um maior equilíbrio. Uma teleconferência ao vivo da qual participaram George Soros por Davos e Hebe Bonafini, uma das mães da Praça de Maio, por Porto Alegre, deu o tom da cobertura naquele ano, com as comparações entre as idéias dos participantes em Porto Alegre — 60.000 pessoas na segunda edição — e os grandes capitalistas nos Alpes suíços.

Já este ano, Davos sumiu. A única notícia significativa do encontro dos súditos do Deus Mercado foi a presença lá de um legítimo representante do Fórum de Porto Alegre. Lula foi ovacionado no Anfiteatro do Por do Sol em Porto Alegre e foi também a grande atração de Davos. Apesar de controversa, a ida de um chefe de estado comprometido com as cau-

le 100.000 pessoas em Porto Alegre

presença de Luiz Inácio Lula da Silva



UNAFISCO do Rio de Janeiro: delegados voltaram encantados com o Fórum

Forum Social Mundial 2003

	20.763
	5.717
	156
	4.094
	1.423
	1.286
	650
mais de 100 mil	

sas sociais enterrou a arrogância dos mandachuvas das poderosas transnacionais. Não estão vencidos, mas este ano o grande acontecimento foi a presença de mais de 100.000 pessoas em Porto Alegre para dizer em alto e bom som que não aceitam mais serem tratadas como mercadoria, que os recursos naturais que garantem a vida no Planeta têm que ser bens públicos, que a saúde e a educação são direitos inalienáveis dos povos, que a cultura de cada nação é a garantia de sua identidade, que a homogeneização da indústria de massa é mortificadora e que tantas outras manifestações por um outro mundo são mais dignas de atenção que o discurso empolado de meia dúzia de endinheirados insensíveis.

Um bilhete aéreo Rio/Dhéli/Rio, com escala em Frankfurt, custa hoje, pela Varig, aproximadamente US\$ 2.000, com a taxa de embarque incluída. Dhéli é uma das cidades cotadas para sediar o IV Fórum Social Mundial. A Varig informa que não há diferença significativa de preço caso seja escolhida outra cidade indiana.

Unafisco teve participação destacada

Pela segunda vez, o Unafisco marca com brilhantismo sua passagem pelo Fórum Social Mundial. Junto com as demais entidades que formam o Fórum Fisco, realizou oficinas e seminários que tocaram fundo na (não) distribuição da riqueza do mundo, abordando políticas tributárias e lavagem de dinheiro, entre outros assuntos. Este ano, o Fórum Fisco contou com a presença de convidados internacionais, como do secretário-geral do *Syndicat National Unifié des Impôts*, Christian Boulais e do historiador belga Eric Tousseint. Também tiveram participação destacada o Procurador Luiz Francisco de Souza e o economista Paul Singer, agora Secretário de Economia Solidária do governo brasileiro — aliás, o tema da economia solidária está na vanguarda das alternativas para uma sociedade pós-neoliberal. Juntamente com o Unafisco estiveram

Sinprofaz, Sinait, Fenafim, Fenafisp, Sinal, Fenafisco, Cofecon, Fisco Fórum/MG e a Campanha Jubileu Sul/Auditoria Cidadã da Dívida.

A Delegacia Sindical do Rio de Janeiro esteve representada por 12 colegas. No dia 11 de fevereiro, uma parte da delegação fez no auditório da DS/RJ uma reunião para relatar aos demais a experiência de participar do Fórum. Houve ainda exposição de fotografias e cartazes e distribuição de alguns dos principais documentos lançados durante aqueles dias.

A próxima edição da Revista Conexão trará a cobertura completa das principais atividades do Unafisco no Fórum. Registre-se que foram atividades muito procuradas e elogiadas por pessoas acostumadas a freqüentar as discussões abordadas nestes encontros. Oxalá, seja assim também... na Índia!

Próximo Fórum será na Índia

O Comitê Internacional do Fórum Social Mundial anunciou oficialmente no dia 22 de janeiro que a próxima edição do encontro será na Índia, restando definir em qual cidade. Desde a segunda edição, havia a intenção de fazer um rodízio entre os continentes, com o objetivo de facilitar a participação de povos que tinham dificuldades, principalmente econômicas, de chegar até Porto Alegre. Com a intenção de inscrever uma marca definitiva ao encontro o nome da cidade que abrigou as três primeiras edições será agora incorporado: Fórum Social Mundial de Porto Alegre é nome oficial daqui em diante. O Fórum voltará a Porto Alegre em 2005, e daí em diante será sempre assim: um ano em Porto Alegre e no outro em cidades e serem definidas. Apesar de alguns protestos, a medida faz justiça aos povos da Ásia e África que compareciam com delegações muito qualificadas, mas diminutas. Este

ano a Índia conseguiu trazer apenas 100 participantes, ao passo que cerca de 30.000 brasileiros, além do povo da cidade-sede, puderam participar.

Até lá, quem acompanhou apenas de longe, pode sentir o gostinho pela Internet. O site oficial mantém registros de todas as atividades, participantes e documentos lançados durante os três fóruns. O endereço é www.forumsocialmundial.org.br. Ou pela TV. A TV Educativa do Rio Grande do Sul fez a cobertura completa das duas últimas edições e comercializa fitas com a programação principal. O Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro produziu 12 fitas de vídeo do Fórum em 2002 e cobriu também este ano. O telefone do SENGE/RJ é 2532.1398. Mas o melhor mesmo é juntar todos os trocados e preparar-se para estar na Índia em janeiro de 2004. Ao vivo, é inesquecível.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - DELEGACIA SINDICAL/RJ

PERÍODO DE 01/11/2002 ATÉ 30/11/2002

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO

	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
ATIVO	513.912,42	360.238,02	384.378,67	489.771,77
ATIVO CIRCULANTE	151.820,19	360.188,02	384.378,67	127.629,54
DISPONIVEL	131.078,30	356.155,35	371.944,38	115.289,27
CAIXA	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
BANCOS C/ MOVIMENTOS	(4.116,65)	294.632,61	283.688,30	6.827,66
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	133.410,95	61.306,74	85.000,00	109.717,69
CHEQUES EM TRANSITO	(216,00)	216,00	3.256,08	(3.256,08)
ANTECIPAÇÕES	20.741,89	4.032,67	12.434,29	12.340,27
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	260,00	900,00	430,00	730,00
ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS	0,00	1.182,92	0,00	1.182,92
ANTECIPAÇÃO DE 13º SALÁRIO	11.275,00	0,00	11.275,00	0,00
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	9.206,89	1.949,75	729,29	10.427,35
ATIVO PERMANENTE	362.092,23	50,00	0,00	362.142,23
IMOBILIZADO	362.092,23	50,00	0,00	362.142,23
IMOBILIZADO	362.092,23	50,00	0,00	362.142,23
PASSIVO	478.211,95	164.678,51	163.367,16	476.900,60
PASSIVO CIRCULANTE	6.003,74	164.678,51	163.367,16	4.692,39
CONTAS A PAGAR	2.464,00	616,00	0,00	1.848,00
CONTAS A PAGAR	2.464,00	616,00	0,00	1.848,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	1.095,69	30.705,66	29.763,37	153,40
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	1.095,69	30.705,66	29.763,37	153,40
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.444,05	133.356,85	133.603,79	2.690,99
OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.444,05	133.356,85	133.603,79	2.690,99
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
PATRIMÔNIO SOCIAL	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
SUPERÁVIT	472.208,21	0,00	0,00	472.208,21
DESPESAS	915.561,12	104.212,21	460,00	1.019.313,33
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	902.030,21	102.844,01	460,00	1.004.414,22
EVENTOS	108.533,84	11.860,21	0,00	120.694,05
CONAF	9.999,82	8.541,62	0,00	18.541,44
CDS	1.532,19	0,00	0,00	1.532,19
COMISSÃO NAC. MOBILIZ. / COMANDO NACIONAL	42.878,35	0,00	0,00	42.878,35
OUTROS EVENTOS	54.423,48	3.318,59	0,00	57.742,07
DESPESAS DEPTO JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	53.249,30	1.965,86	0,00	55.215,16
DESPESAS GERAIS – JORNALISMO E COMUNICAÇÃO	53.249,30	1.965,86	0,00	55.215,16
DESPESAS DO DEPTO. JURÍDICO	101.301,52	16.054,75	0,00	117.356,27
DESPESAS SOCIAIS – JURÍDICO	100.047,82	15.358,40	0,00	115.406,22
DESPESAS GERAIS – JURÍDICO	1.253,70	696,35	0,00	1.950,05
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	621.836,86	72.033,94	460,00	693.410,80
DESPESAS SOCIAIS – ADMINISTRAÇÃO	419.268,55	53.884,83	0,00	472.693,38
DESPESAS GERAIS – ADMINISTRAÇÃO	202.568,31	18.149,11	0,00	220.717,42
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	8.377,50	929,25	0,00	9.306,75
DESPESAS GERAIS – CONTABILIDADE	8.377,50	929,25	0,00	9.306,75
DOAÇÕES	8.431,19	0,00	0,00	8.431,19
DOAÇÕES DIVERSAS	8.431,19	0,00	0,00	8.431,19
DESPESAS FINANCEIRAS	13.029,20	1.368,20	0,00	14.397,40
DESPESAS FINANCEIRAS	13.029,20	1.368,20	0,00	14.397,40
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	501,71	0,00	0,00	501,71
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	501,71	0,00	0,00	501,71
RECEITAS	951.261,59	12.869,42	93.792,33	1.032.184,50
RECEITAS DE ATIV. DOS ESTATUTOS SOCIAIS	951.807,13	0,00	93.378,85	1.045.185,98
RECEITAS DE ASSOCIADOS	895.691,45	0,00	88.098,53	983.789,98
RECEITAS FINANCEIRAS	9.490,83	0,00	1.138,26	10.629,09
RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	46.624,85	0,00	4.142,06	10.629,09
RECEITAS DE ATIVIDADES NÃO SOCIAIS	74.903,12	0,00	383,48	50.766,91
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	74.903,12	0,00	383,48	75.286,60
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(75.448,66)	12.869,42	30,00	(88.288,08)
(-) DEDUÇÃO DE RECEITAS	(75.448,66)	12.869,42	30,00	(88.288,08)

NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 – SUPERÁVIT ACUMULADO: a conta apresenta no período um saldo de R\$ 12.871,17;
- 2 – OUTRAS OBRIGAÇÕES: refere-se à Mensalidade de Plano de Saúde a Repassar no valor de R\$ 2.690,99, descontado a maior dos associados e que os mesmos ainda não vieram à DS receber;
- 3 – DESPESAS SOCIAIS–JURÍDICO: o valor total de R\$ 10.800,00 refere-se ao ressarcimento a pagamentos de Honorários Advocatórios na defesa de inquéritos criminais e processos administrativos; e
- 4 – (-) DEDUÇÃO DE RECEITAS: o saldo do grupo refere-se ao valor consignado em folha de pagamento dos AFRF, contribuintes da Campanha UNAFISCO COMBATE À FOME, e repassado ao Projeto Estrelas do Amanhã.

Aviso - Unafisco Saúde

Lembramos que a partir de agora os recibos originais entregues para reembolso do Unafisco Saúde não serão mais enviados para a residência dos associados e deverão ser retirados na sede da DS/RJ, à Rua Debret, 23 sala 40I – Centro/RJ. Os recibos servem para dedução das despesas no Imposto de Renda.

Jornal Nacional denuncia abandono de equipamentos nos portos brasileiros

Em 1997, a Receita Federal anunciou a compra de 15 caminhões-scanner de grande porte para equipar a fiscalização nos principais portos do país. Cada caminhão custou cerca de US\$ 700 mil e veio equipado com tubos de raio-X. Deveriam inspecionar todas as cargas que entram e saem em contêineres dos portos brasileiros com a vantagem de não precisar abri-los. Com isto, haveria uma aceleração do desembaraço, com muito mais segurança, porque o novo método aposentaria a amostragem, permitindo a verificação de 100% das cargas. A licitação também serviu para comprar equipamentos de médio porte para a inspeção de cargas nos aeroportos.

No entanto, quase quatro anos depois da chegada dos equipamentos, os caminhões estão abandonados. O Jor-

nal Nacional apurou que apenas dois dos 15 caminhões estão em funcionamento, no Porto de Santos.

Aqui no Porto do Rio de Janeiro, o caminhão-scanner nunca entrou efetivamente em operação. Nos últimos meses, esteve estacionado no prédio administrativo da Alfândega do Porto, inclusive descaracterizado (sem o emblema da Receita) para não chamar a atenção.

Apesar do Inspetor do Porto, Murilo Amaral e Oliveira, alegar que há problemas de manutenção, fontes de dentro do porto informam que ele nunca operou como deveria e que, o mais grave, quando foi retirado de operação estava em perfeito estado de funcionamento.

O contribuinte brasileiro, penalizado em toda a sua vida econômica — baixos salários, impostos altos, contribui-

ções, compulsórios etc —, ainda tem que conviver com o desperdício público. Cerca de US\$ 6 milhões foram gastos para combater o contrabando, o desca-minho e a evasão de divisas e não há qualquer resultado efetivo do investimento efetuado. A situação é revoltante, principalmente porque a população do Rio de Janeiro sofre com a violência diariamente e, com certeza, a fragilidade das aduanas contribui para agravá-la, facilitando a entrada de drogas e armas em nosso estado.

A Receita Federal declarou na ocasião que faria uma licitação para contratar uma empresa para fazer a manutenção dos caminhões avariados, mas até o fechamento desta edição nenhum anúncio foi feito. Por enquanto, ficamos a ver navios. Mas não as cargas.

Rachid defende congelamento da tabela do Imposto de Renda

O Secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, defendeu em entrevista concedida ao Jornal O Globo no dia 20 de janeiro o congelamento da tabela do Imposto de Renda. Segundo o secretário, não há porque corrigir a tabela se a economia não está indexada. O argumento não convence. A dedução de juros de capital próprio, por exemplo, é indexada à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Parte significativa das tarifas públicas estão indexadas ao dólar ou ao IGP-M, cerca de 25% em 2002. Além do congelamento da tabela, o contribuinte pessoa física sofre também porque há muitos anos não tem corrigido o patrimônio que declara para a Receita Federal. Com isso, quando ele vende um imóvel, paga imposto sobre ganhos de capital quando muitas vezes é apenas correção do valor de seus bens.

O Unafisco espera que o governo reveja esta decisão o quanto antes e deve mobilizar a sociedade como fez no ano passado. Ainda que se reconheça que o orçamento atual foi herdado do governo anterior e que a situação econômica do país é crítica, o eleitor optou por um governo que sinalizava pela mudança, nas urnas apostou em soluções criativas para escapar das amarras que obrigam a manutenção de políticas que penalizam as camadas de menor renda. É cedo para criticar, mas nunca é demais lembrar: o PT sempre defendeu a correção da tabela do IR e não poderá escapular deste compromisso por muito mais tempo.

Unafisco apóia o combate à corrupção em todos os níveis

As últimas semanas foram ocupadas por notícias preocupantes para os Auditores-Fiscais da Receita Federal e para os fiscais de renda do Estado. Sempre que há um escândalo envolvendo integrantes da fiscalização, todos os auditores saem perdendo, porque há uma tendência nefasta de generalização de uma imagem negativa da carreira, como se fossem divididos entre descobertos e não descobertos, mas todos igualmente desonestos.

Quem trabalha dentro da Receita sabe perfeitamente que não é assim e deve lutar para combater a profusão de idéias do gênero. O Unafisco defende, como sempre defendeu, o combate à corrupção onde quer que esteja em todos os níveis de governo e na iniciativa privada. Há corruptos e corruptores, ou seja, a corrupção é uma via de mão dupla. No entanto, a apuração parcial dos casos descobertos deixa a impressão errônea de que o serviço público é o lugar da corrupção, enquanto os demais setores da sociedade estariam imunes ou

vitimados pelos desvios de conduta. O efetivo combate à corrupção deve envolver todos e cada um, no dia a dia, nos mínimos gestos, ainda que custe mais caro, por exemplo, pagar uma multa de trânsito do que fazer um *agradinho* ao guarda. A sociedade brasileira precisa tratar com igual rigor desvios de conduta independente do montante apurado. Milhões de dólares na suíça podem fazer a ruína de muita gente que depende dos serviços públicos para viver. Mas o corrupção corriqueira também faz a ruína da sociedade, minando na base os conceitos de competitividade sadia e convivência harmônica. A Lei de Gerson abre a janela por onde voam nossos recursos.

Especificamente em relação ao caso atual, o Unafisco mantém-se fiel aos seus princípios e encaminhou carta ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, manifestando posição totalmente favorável a que se investigue a fundo os indícios apontados pelo Ministério Público da Suíça.

ELEIÇÃO PARA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA DELEGACIA SINDICAL DO RIO DE JANEIRO

Biênio 2003/2005

- 1-** Na segunda quinzena do próximo mês de junho, terão lugar as eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal da Delegacia Sindical/RJ, em data a ser fixada através de edital.
- 2-** O Estatuto estabelece a data limite de 31 de março para o registro de chapas concorrentes (até às 18:00h).
- 3-** O Estatuto considera inelegível o associado que:
 - a) não esteja em pleno gozo de seus direitos sociais;
 - b) não se tenha sindicalizado até o mês de dezembro de 2002;
 - c) esteja em gozo de licença para tratamento de interesses particulares.

Maiores esclarecimentos na sede da entidade, situada na Rua Debret, 23 - salas 401/405, no horário de 9:00 às 18:00h.

***A participação de todos no processo eleitoral
fortalece a representatividade da entidade.***

Alexandre Teixeira
Presidente